

ENTREVISTA **JOSÉ CESÁRIO CECCHI, DIRETOR DA ANP**

Gás competitivo vai ajudar o país a se reindustrializar

Os altos preços cobrados pelo gás natural no Brasil são apontados como um dos grandes gargalos enfrentados pelo setor produtivo no país. A diferença em relação a outros países traz dificuldades para diversos setores da indústria. Mas, se hoje os custos do produto representam uma dor de cabeça para o setor produtivo, este cenário vai começar a se modificar em breve, acredita o diretor da Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP), José Cesário Cecche. Qual será o impacto? Só o tempo dirá, responde.

Qual é a sua expectativa em relação ao esforço do governo para a reduzir o custo do gás natural no país?

Só o fato de ter um movimento que proporciona uma certa competição no preço do gás já bastaria na teoria econômica para os preços reduzidos. Claro que hoje os preços praticados são feitos por um único produtor, que é a Petrobras. Quando se promove uma competição na oferta, o entrante, para colocar o produto no mercado, vai ter que oferecer algum tipo de vantagem e normalmente esta vantagem é o preço menor. Só este fato já sinaliza pra uma redução no preço do gás. Este é o primeiro componente. Com relação a outro compo-

●● **Tudo leva a crer que o futuro passa pelo fortalecimento de empresas como a Bahiagás aqui na Bahia e das agências reguladoras, como a Agerba**

●● **Quando se promove uma competição na oferta, o entrante vai ter que oferecer algum tipo de vantagem e normalmente esta vantagem é o preço menor**



funciona mais. O Brasil vem passando por um processo de desindustrialização e isso precisa se reverter em um processo de reindustrialização. A nossa tendência é reverter isso com um preço de gás competitivo, para as empresas poderem crescer.

nente do preço, que é a tarifa de transportes, nós vamos iniciar uma série de revisões, a exemplo do Gasbol, o Gasoduto Brasil-Bolívia. Ali já houve a amortização de boa parcela do capital investido, o capex. Já tiveram o retorno em relação a isso, então na revisão tarifária, a tarifa de transporte já sofreu uma revisão significativa. É mais um componente que acena para uma prática de preços semelhantes aos internacionais. Agora, de quanto vai ser, é a grande pergunta.

Depende de um movimento de mercado...

Exato, é o mercado quem vai fixar o preço. Agora, vai se ter a possibilidade de escolher entre um produtor que ofereça um preço diferente, mais justo. Ai as forças do mercado irão funcionar. Essa é a intenção do governo federal e do novo mercado de gás que está por trás deste movimento.

Nós temos plantas industriais fechadas por conta do preço do gás.

Há uma distorção em nosso mercado, que funcionou por um tempo, mas que não

Quando o senhor imagina que estes benefícios vão chegar ao consumidor?

Eu acredito que um ensaio disso vai se dar agora com o gás que vem da Bolívia, com a chamada pública que a ANP iniciou. O GNL (gás natural liquefeito) está com preços extremamente reduzidos no mercado externo. Hoje o Brasil tem três terminais de regaseificação, um deles aqui na Bahia, além de mais dois sendo concebidos. Se o gás boliviano não for competitivo, por que nós iremos comprar de lá? Ai, teremos uma primeira sinalização do impacto da competição nos preços da molécula de gás.

Qual é o futuro das distribuidoras estaduais?

O futuro passa por se fortalecerem. Essas distribuidoras já comercializam grandes volumes de gás, então levam vantagem. Tudo leva a crer que o futuro passa pelo fortalecimento de empresas como a Bahiagás aqui na Bahia e das agências reguladoras, como a Agerba, que regulam este setor, que é de utilidade pública.

DONALDSON GOMES

Veículo: Tribuna da Bahia	
Data 12/08/2019	Caderno: Política



Segunda, 12/08/2019

Política

Tribuna da Bahia 5

Paulo Guedes prepara novas medidas para aquecer a economia

O governo se prepara para anunciar nesta semana um pacote de ações para garantir o equilíbrio econômico e fiscal, uma maior competitividade e a melhoria dos serviços públicos. O Globo informa que o ministro Paulo Guedes (Economia) fará uma apresentação para mostrar o plano de governo do segundo semestre e os projetos de longo prazo da equipe econômica para o país. Os três eixos básicos das ações que serão anunciadas envolvem um programa de privatizações, a reforma tributária e medidas administrativas. Segundo O Globo, a equipe econômica avalia que ainda não conseguiu esclarecer para a sociedade quais são as ações e metas em que estão trabalhando além da reforma da Previdência. *Do GI*



Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 12/08/2019	Coluna: Economia



PIB DO BRASIL PODE CRESCER 0,85% COM A LIBERAÇÃO DO FGTS



12 Agosto, 2019

O Instituto Fiscal Independente (IFI), órgão vinculado ao Senado, divulga nesta segunda-feira (12) estudo sobre o impacto da liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) no desempenho da economia para este ano e o ano que vem.

Se forem sacados todos os R\$ 42 bilhões que o Ministério da Economia projeta, o impacto sobre o Produto Interno Bruto (PIB) este ano seria de 0,26 ponto percentual e de 0,59 ponto percentual no ano que vem. Ou seja, a liberação do dinheiro acrescentaria, nos dois anos, crescimento de 0,85 ponto percentual no PIB.

Além disso, segundo o blog de João Borges, no G1, o IFI também projeta qual será o impacto sobre o consumo das famílias. O consumo aumentaria 0,38 ponto percentual este ano e 0,87 no ano que vem.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 12/08/2019	Coluna: Economia



GUEDES AGE PARA EVITAR QUE DÍVIDA DE PRECATÓRIOS DE ESTADOS AFETE UNIÃO



12 Agosto, 2019

Em crise, o Rio Grande do Sul é dono da segunda maior dívida de precatórios, totalizando R\$ 10,5 bilhões. Em São Paulo, o estoque passa dos R\$ 23 bilhões. No conjunto, só os Estados devem R\$ 71,7 bilhões. Uma emenda constitucional promulgada em 2017 deu aos governos regionais prazo até o fim de 2024 para quitar o passivo dos precatórios e determinou que a União disponibilizasse uma linha de crédito subsidiada para quitar o saldo remanescente.

Na área econômica, porém, a avaliação é que a emenda deixa brechas para interpretações. Enquanto a União entende que a linha de crédito deva financiar apenas o que restar de precatórios no fim de 2024, após todos os esforços já empreendidos por Estados e municípios para diminuir esse passivo, os governos regionais, endividados, querem que o dinheiro seja colocado à disposição imediatamente.

O ideal, segundo técnicos do governo, é que a emenda fosse reformada para então ser regulamentada, abrindo caminho para a elaboração da linha de crédito. Mas o ministro do STF Marco Aurélio Mello mandou recentemente o governo abrir imediatamente uma linha de crédito de até R\$ 623,5 milhões para que o Maranhão quite sua dívida em precatórios, que totaliza R\$ 1,462 bilhão.

A União já recorreu da decisão favorável ao Maranhão, mas o temor agora é que outros Estados consigam a mesma benesse. Minas Gerais, por exemplo, reiterou o pedido para também ser beneficiado com uma linha de crédito – de até R\$ 659 milhões –, alegando que o pleito é “idêntico” ao do governo Flávio Dino (PCdoB-MA) e que os Estados passam por “situação de grave desequilíbrio financeiro”. O governo mineiro deve R\$ 3,6 bilhões em precatórios. O caso aguarda uma decisão de Cármen Lúcia. Procurado, o gabinete da ministra não se manifestou.

Segundo o Estado apurou, o receio com processos sobre pagamento de precatórios foi um dos principais assuntos discutidos em reunião na semana retrasada entre Guedes e Toffoli, para tratar de ações judiciais entre a União e governos estaduais. Até agora, o único Estado a ter o pedido atendido pelo Supremo foi o Maranhão, comandado por Dino. O governador se tornou alvo de críticas do presidente Jair Bolsonaro e é um dos nomes da esquerda cotados para concorrer à Presidência da República em 2022.

A controvérsia em torno do empréstimo evidencia os efeitos práticos da “loteria” que define os relatores dos pedidos dos Estados apresentados ao STF – dependendo de qual ministro o sistema eletrônico do tribunal “sorteia” para ficar com cada ação, o pleito pode ser aceito ou negado.

Ao longo dos últimos meses, pedidos semelhantes ao do Maranhão já tinham chegado à Corte, mas acabaram negados individualmente por outros ministros. Em maio, por exemplo, o ministro Luís Roberto Barroso negou pleito do governo da Bahia, que reivindicava a abertura de uma linha de R\$ 1 bilhão para a quitação de precatórios. O ministro considerou que débito de títulos judiciais “deve ser pago preferencialmente com recursos orçamentários do próprio ente devedor”.

Em dezembro, o ministro Celso de Mello negou solicitação parecida do governo de Goiás. Diante de decisões divergentes, um integrante da Corte ouvido reservadamente pela reportagem diz que o assunto deve ser analisado pelos 11 integrantes da Corte, para que o plenário pacifique a questão. Marco Aurélio discorda. “O processo individual como o mandado de segurança (classe processual dos casos dos Estados) é de competência do relator”, disse o ministro.

Ao atender ao pedido do Maranhão, Marco Aurélio afirmou que a União “intenta negar aplicação imediata ao dispositivo, cogitando da abertura do crédito apenas a partir de 2024”. “É indisfarçável o objetivo de, ao arrepio do comando constitucional e do federalismo cooperativo, submeter Estados, Distrito Federal e municípios à conveniência do Poder Central, o qual se recusa a cumprir obrigação criada”, observou o ministro em sua decisão.

Veículo: Folha Online	
Data: 12/08/2019	Caderno: Mercado

FOLHAONLINE
www.folha.com.br

O QUE A FOLHA PENSA

Texto não assinado que expressa a opinião da Folha

Nó tributário

Entre propostas de reforma dos impostos, foco deve ser simplificação e justiça



O secretário da Receita Federal, Marcos Cintra - Pedro Ladeira - 25.abr.19/Folhapress
11.ago.2019 às 2h00

Com a perspectiva de aprovação nos próximos meses da reforma da Previdência, o Congresso deve dar ênfase à complexa e urgente tarefa de redesenhar o caótico sistema de impostos, taxas e contribuições do país. Trata-se de obra política ainda mais difícil que mudar as regras das aposentadorias.

Se naufragaram todas as tentativas de reforma tributária desde a Constituição de 1988, contudo, observa-se um ineditismo no cenário atual —o Executivo e as duas Casas do Legislativo pretendem levar adiante a empreitada, cada qual com seu projeto.

A competição, em tese, pode se revelar positiva, desde que se negocie um denominador comum. As três grandes propostas em pauta, afinal, têm o objetivo de simplificar a taxaço do consumo, o que pode e deve ser compatibilizado com uma cobrança mais progressiva do Imposto de Renda.

A mais tecnicamente burilada delas, elaborada pelo Centro de Cidadania Fiscal, conta com o apoio do presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ).

O texto prevê a substituição gradual de PIS, Cofins e IPI, federais, ICMS, estadual, e ISS, municipal, por um único tributo sobre valor adicionado (IVA), alinhando o Brasil às melhores práticas globais. O projeto que tramita no Senado segue ideia semelhante, com diferenças na transição e na gestão do novo imposto, entre outras.

Os obstáculos, nesse caso, são menos de ordem ideológica do que federativa —trata-se de convencer governadores e prefeitos a abrirem mão de sua autonomia tributária e concordarem com uma nova forma de divisão dos recursos.

Sendo assim, quanto mais se detalham os projetos, mais divergências surgem —e o quadro de penúria orçamentária as acirra.

Há por fim a proposta do governo, ainda não formalizada, mas, ao que se sabe, composta por três eixos: criação de um IVA federal, sem incorporar tributos regionais; mudanças no Imposto de Renda, ainda a serem explicadas; e desoneração das folhas de salários, com a contrapartida de uma nova versão da famigerada CPMF.

No caso do IR, cogita-se reduzir as alíquotas para pessoas físicas e empresas. Em troca, seriam eliminadas deduções em saúde e educação e recriada a tributação sobre a distribuição de dividendos. O desejável aqui é ampliar a carga incidente sobre os contribuintes mais ricos; por ora não se tem certeza sobre o que pretende a Receita.

Diante de tantas alternativas e questões espinhosas, cumpre estabelecer o que se mostra essencial e viável politicamente. Nesse sentido, a ideia de tributar as movimentações financeiras apenas traz mais balbúrdia ao debate.

Devem-se levar em conta experiência global e entendimentos domésticos já avançados. O país não pode desperdiçar a oportunidade.

editoriais@grupofolha.com.br

•



OAB quer ajudar Estados a liberarem recursos de precatórios

Idiana Tomazelli, Rafael Moraes Moura e Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo

12 de agosto de 2019 | 05h00

BRASÍLIA - A **ação bem-sucedida do Maranhão** em antecipar o acesso a uma linha de crédito subsidiada para quitar seus precatórios já encoraja outros Estados a seguir o mesmo caminho. O **Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil** (OAB) também estuda a melhor maneira de apoiar a iniciativa dos governadores e tentar liberar mais rapidamente os recursos para o pagamento das dívidas bilionárias, segundo apurou o **Estado**.

O procurador-geral do Maranhão, Rodrigo Maia, que preside o Colégio Nacional de Procuradores dos Estados (Conpeg), afirmou ao *Estadão/Broadcast* que já há deliberação interna da entidade para que outros governos ingressem com pedido semelhante no Supremo. Ele disse que advogados também têm interesse na medida porque aceleraria o pagamento de recursos devidos pelos Estados a clientes que ganharam ações na Justiça.

[inRead invented by Teads](#)

“Discordamos da interpretação do Tesouro de que o crédito deve ser dado só após 2024. Se fosse assim, a emenda constitucional não cobraria a regulamentação da linha seis meses após sua promulgação”, afirma Maia.

A **Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento** (Seplan) do Maranhão informou que a União solicitou ao Estado todas as informações necessárias para a liberação dos recursos. Os documentos foram encaminhados, e a Seplan-MA disse que aguarda a liberação. Mas como o governo federal ainda não abriu a linha de crédito, o

procurador do Maranhão agora pede ao STF que aplique multa diária ao governo pelo descumprimento da decisão.

O presidente do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados, Rafael Fonteles, disse que os governos estaduais veem a linha de crédito como uma das alternativas que a Constituição dá ao pagamento das dívidas. Segundo ele, há uma articulação que pode resultar no alongamento do prazo para quitar o passivo, de 2024 para 2028. Fonteles é secretário de Fazenda do Piauí, que, segundo ele, está em “**compasso de espera**” para decidir os próximos passos, após os desdobramentos do Maranhão.

Dono da segunda maior dívida com precatórios entre os Estados, o [Rio Grande do Sul](#) busca opções para quitar o passivo superior a R\$ 10 bilhões. Uma delas é a câmara de conciliação, que tenta firmar acordos de pagamento. O Estado não cogita ingressar com ação no STF.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 12/08/2019	Caderno: Economia e Negócios



Governo federal articula para evitar impacto de precatórios no Orçamento

Em situação de fragilidade fiscal, Estados e municípios devem R\$ 113,5 bi a pessoas físicas e jurídicas após sentenças definitivas da Justiça

Idiana Tomazelli, Rafael Moraes Moura e Amanda Pupo, O Estado de S.Paulo

12 de agosto de 2019 | 05h00

BRASÍLIA - Em crise, o **Rio Grande do Sul** é dono da segunda maior dívida de precatórios, totalizando R\$ 10,5 bilhões. Em São Paulo, o estoque passa dos R\$ 23 bilhões. No conjunto, só os Estados devem R\$ 71,7 bilhões.

Uma emenda constitucional promulgada em 2017 deu aos governos regionais prazo até o fim de 2024 para quitar o passivo dos precatórios e determinou que a União disponibilizasse uma linha de crédito subsidiada para quitar o saldo remanescente.

Na área econômica, porém, a avaliação é que a emenda deixa brechas para interpretações. Enquanto a União entende que a linha de crédito deva financiar apenas o que restar de precatórios no fim de 2024, após todos os esforços já empreendidos por **Estados** e municípios para diminuir esse passivo, os governos regionais, endividados, querem que o dinheiro seja colocado à disposição imediatamente.

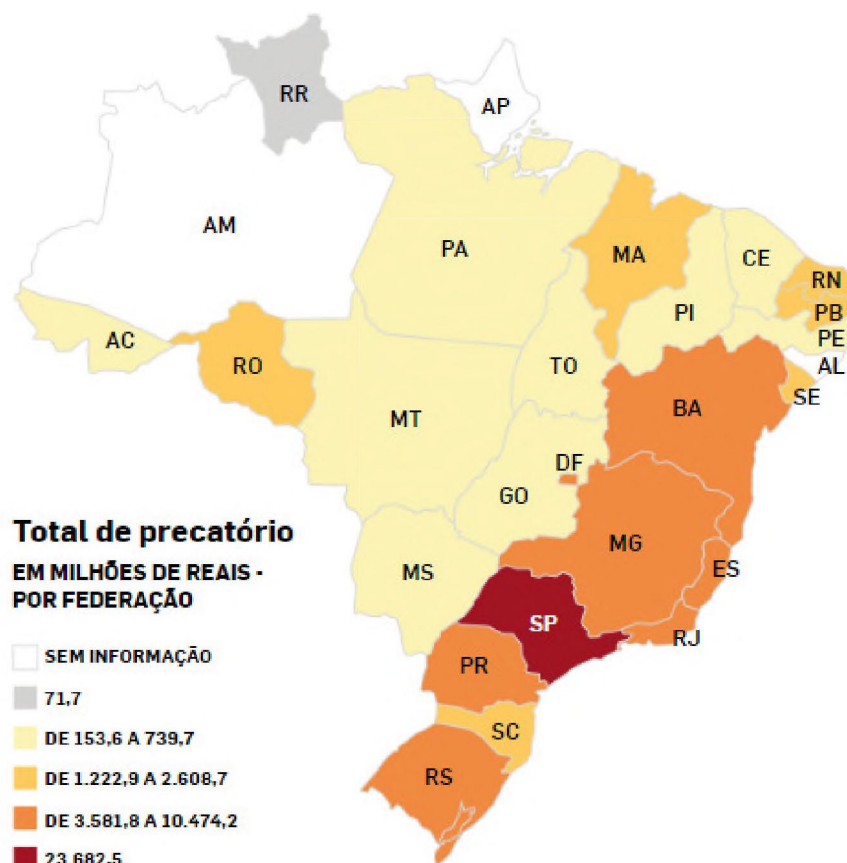
O ideal, segundo técnicos do governo, é que a emenda fosse reformada para então ser regulamentada, abrindo caminho para a elaboração da linha de crédito. Mas o **ministro do STF Marco Aurélio Mello** mandou recentemente o governo abrir imediatamente uma linha de crédito de até R\$ 623,5 milhões para que o Maranhão quite sua dívida em precatórios, que totaliza R\$ 1,462 bilhão.

A União já recorreu da decisão favorável ao Maranhão, mas o temor agora é que outros Estados consigam a mesma benesse. **Minas Gerais**, por exemplo, reiterou o pedido para também ser beneficiado com uma linha de crédito – de até R\$ 659 milhões –, alegando que o pleito é “idêntico” ao do governo Flávio Dino (PCdoB-MA) e que os Estados passam por “situação de grave desequilíbrio financeiro”. O governo mineiro deve R\$ 3,6 bilhões em precatórios. O caso aguarda uma decisão de Cármen Lúcia. Procurado, o gabinete da ministra não se manifestou.

Segundo o **Estado** apurou, o receio com processos sobre **pagamento de precatórios** foi um dos principais assuntos discutidos em reunião na semana retrasada entre Guedes e Toffoli, para tratar de ações judiciais entre a União e governos estaduais. Até agora, o único Estado a ter o pedido atendido pelo Supremo foi o Maranhão, comandado por Dino. O governador se tornou alvo de críticas do presidente Jair Bolsonaro e é um dos nomes da esquerda cotados para concorrer à Presidência da República em 2022.

Sinal amarelo

Estados e municípios podem exigir do Tesouro linha de crédito subsidiada para pagar precatórios



Fonte: Tesouro Nacional

Vários Supremos

A controvérsia em torno do empréstimo evidencia os efeitos práticos da “loteria” que define os relatores dos pedidos dos Estados apresentados ao STF – dependendo de qual ministro o sistema eletrônico do tribunal “sorteia” para ficar com cada ação, o pleito pode ser aceito ou negado.

Ao longo dos últimos meses, pedidos semelhantes ao do Maranhão já tinham chegado à Corte, mas acabaram negados individualmente por outros ministros. Em maio, por exemplo, o ministro Luís Roberto Barroso negou pleito do governo da Bahia, que reivindicava a abertura de uma linha de R\$ 1 bilhão para a quitação de precatórios. O ministro considerou que débito de títulos judiciais “deve ser pago preferencialmente com recursos orçamentários do próprio ente devedor”.

Em dezembro, o **ministro Celso de Mello negou solicitação parecida do governo de Goiás**. Diante de decisões divergentes, um integrante da Corte ouvido reservadamente pela reportagem diz que o assunto deve ser analisado pelos 11 integrantes da Corte, para que o plenário pacifique a questão. Marco Aurélio discorda. “O processo individual como o mandado de segurança (classe processual dos casos dos Estados) é de competência do relator”, disse o ministro.

Ao atender ao pedido do Maranhão, Marco Aurélio afirmou que a União “intenta negar aplicação imediata ao dispositivo, cogitando da abertura do crédito apenas a partir de 2024”. “É indisfarçável o objetivo de, ao arrepio do comando constitucional e do federalismo cooperativo, submeter Estados, Distrito Federal e municípios à conveniência do Poder Central, o qual se recusa a cumprir obrigação criada”, observou o ministro em sua decisão.

Veículo: O Globo	Online
Data: 10/08/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Reforma tributária deve ter ao menos 30 emendas

Proposta que tramita na Câmara prevê a unificação de cinco tributos. Setor de serviços se movimenta para propor desoneração da folha de pagamento e alíquota diferenciada para algumas atividades



Salão de beleza. Atividades do setor de serviços são intensivas em mão de obra, despesa que não pode ser compensada

A proposta de reforma tributária que tramita na Câmara dos Deputados deve ter ao menos 30 emendas já na Comissão Especial. A estimativa é do deputado Hildo Rocha (MDB-MA), presidente do colegiado. O número de sugestões para alterar o texto é um termômetro das pressões por mudanças de vários segmentos da economia, especialmente o setor de serviços. Os pleitos vão desde a criação de alíquotas diferenciadas para determinadas atividades até a desoneração da folha de pagamentos, passando pelo apoio a um imposto único que incida sobre movimentações financeiras, semelhante à antiga CPMF. O texto em análise na Câmara prevê a unificação de cinco tributos, que dariam lugar ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). O novo tributo seria implantado após uma transição de dez anos e seguiria o modelo em que os gastos com insumos poderiam ser compensados. Dessa forma, seria possível obter créditos de acordo com as despesas do processo de produção. Hoje, esse sistema de compensação já existe na tributação do PIS/ Co fins, que será englobado pelo IBS. O modelo não-cumulativo tem tributação mais alta, de 9,25%. O problema é que boa parte do setor de serviços recolhe pelo modelo cumulativo, em que não se gera crédito, mas a tributação é menor, de 3,65%. Essa opção é comum em atividades intensivas em mão de obra, despesa que não pode ser compensada no sistema não-cumulativo.

—Está na proposta a previsão de crédito. Tu do que o contribuinte pagar para os fornecedores dá crédito. O pagamento a funcionários não entra porque não é fornecedor— explica o advogado tributarista Luiz Gustavo Bichara, que vê riscos para o setor com a alteração do texto.

Por isso, a principal pressão do segmento de serviços é desonerar a folha de pagamentos,

que deve ser alvo de boa parte das emendas. — Foi uma proposta muito mais voltada à indústria. Esqueceu-se um pouco os serviços. Levarei várias emendas. O maior custo dose tordes erviço sé amão de obra. A construção quepre cisamos fazer é de uma compensação. Se quisermos mexer pouco, precisamos incluir uma forma de compensar o imposto — afirma o deputado Laércio Oliveira (PP-SE), ligado à Confederação Nacional do Comércio (CNC). O valor da alíquota também está na mira. Embora isso não esteja definido na proposta de emenda à Constituição (PEC), estima-se que a cobrança possa ser de cerca de 25%, com base no estudo do Centro de Cidadania Fiscal (CCif) que fundamenta a proposta. Setores que recolhem 3,65% para o PIS/Cofins têm uma tributação total de 8,65%, considerando também a cobrança de ISS. —Se você cria uma alíquota de mais ou menos 10%, no caso dos serviços que pagam 8,65%, você teria certa neutralidade e não ameaçaria tantos empregos — avalia Emerson Casali, diretor da CBPI Produtividade Institucional, que assessora o setor de serviços no debate sobre a reforma tributária no Congresso.

ESCOLA: DESONERAÇÃO TOTAL

Entidades ligadas ao setor de contabilidade já preparam uma emenda nesse sentido. Uma possibilidade é criar uma nova categoria de contribuintes já na PEC. — Numa possível emenda, podemos prever duas faixas, em que os bens intangíveis (serviços) recolheriam, por exemplo, uma alíquota de 30% da principal — explica Reynaldo Lima Jr., presidente do Sescon-SP.

O setor de educação vai além e defenderá a total desoneração do setor. Ademar Pereira, presidente da Fenep, federação das escolas particulares, diz que a proposta se baseará na premissa de que prestam um serviço público. —A escola particular presta um serviço público queéobrig ação do Estado. Nós desoneramos R \$250 bilhões por ano. Estamos pedindo uma desoneração total — afirma Pereira, que prepara um total de cinco emendas à proposta. Em outra frente, um grupo de 40 entidades já manifestou apoio a um modelo diferente, baseado na contribuição sobre movimentação financeira. O Instituto Brasil 200 lidera a discussão. A proposta do chamado imposto único federal foi detalhada por emenda do deputado Luciano Bivar (PSLPE), presidente do partido do presidente Jair Bolsonaro. —Precisamos partir do pressuposto de queé necessário alargara base tributária. Só dessa formas e consegue combatera sonegação. Esseéo conceito do imposto sobre movimentação financeira, a base mais universal que temos no Brasil. O IVA não contempla nenhum dos novos modelos de negócios que estão surgindo. Estamos passando por uma revolução digital —argumenta Gabriel Kanner, presidente do Brasil 200.

A ideia também é apoiada pela Confederação Nacional de Serviços(CNS), que estima que o setor sofra um impacto de R\$ 195 bilhões em apenas um ano, caso um IBS com alíquota de 25% entre em vigor. — Temos uma proposta de 20 anos de desoneração da folha de pagamentos. Esse é um ponto básico para o setor de serviços, porque, senão desonerar a folha, não podemos nem discutir os outros aspectos da reforma — diz Luigi Nese, presidente da CNS.

“O maior custo do setor de serviços é a mão de obra. A construção que precisamos fazer é de uma compensação”

Laércio Oliveira (PP-SE), deputado ligado à Confederação Nacional do Comércio (CNC)

Veículo: O Globo	Online
Data: 12/08/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Pacote de medidas dará sequência a ajuste fiscal

Reduzir déficit e melhorar competitividade e serviços são os focos do governo

Com a aprovação da reformada Previdência na Câmara, o governo prepara agora uma série de medidas que dão sequência à agenda de ajuste fiscal e que visam ampliar a competitividade e melhorar a prestação de serviços. O pacote, que será anunciado na semana que vem, contempla três eixos: o programa de privatização, a reforma tributária e medidas administrativas. O ministro da Economia, Paulo Guedes, quer desvincular receitas obrigatórias, zerar impostos para importação de máquinas e descentralizar recursos para estados e municípios. Para especialistas, mesmo com a reforma previdenciária, o quadro fiscal ainda é grave.

Após a aprovação da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados, o governo prepara um pacote de ações voltadas para outros setores da economia que tem como objetivos garantir o equilíbrio econômico e fiscal, a competitividade e a melhoria dos serviços públicos ao cidadão. O ministro da Economia, Paulo Guedes, finaliza os detalhes de uma apresentação que fará na próxima semana na qual mostrará o plano do governo para o segundo semestre e a agenda econômica no longo prazo. Guedes pretende anunciar uma série de medidas, na tentativa de emplacar uma agenda positiva.

Para especialistas, o pano de fundo da agenda pós-reforma é o quadro fiscal. A mudança nas regras de aposentadoria é condição necessária para ajustar as contas públicas, mas não resolve o problema. O país tem déficit desde 2014 e só deve voltar ao azul em 2022 ou 2023, segundo previsões. O ministério, que quer evitar a palavra “pacote”, comum em gestões anteriores, prefere denominar as ações como uma agenda econômica dinâmica de longo prazo. Entre os três eixos básicos das medidas, serão anunciadas as linhas gerais do programa de privatizações, a reforma tributária e medidas administrativas. A avaliação no Ministério da Economia é que a equipe não conseguiu ainda se comunicar com a sociedade sobre as metas e ações nas quais está trabalhando. No campo das contas públicas, a principal medida do governo é a reformada Previdência, insuficiente para resolver o déficit fiscal no curto prazo. Por isso, estão sendo planejadas privatizações, concessões e outras medidas para reduzir o rombo e diminuir a dívida pública—que deve chegar a 80% do Produto Interno Bruto (PIB) no fim do ano. Guedes deve citar, mas não detalhar, uma possível redução do número de ministérios. Em entrevista ao jornal O

Estado de S.Paulo, o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, afirma que o Orçamento de 2020 vai refletir um país que ainda tem um problema fiscal sério, mesmo com a aprovação da reforma da Previdência. Ele pondera que outras iniciativas precisam ser tomadas, como suspensão de concurso público e congelamento de salário de servidor.

SEM ESPAÇO PARA GASTAR

A economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif, traça diagnóstico similar e vê um quadro dramático nas contas, sem espaço para gastar: — Nos próximos anos, não vai dar para ater concurso público ou reajuste do funcionalismo, etemos de torcer para o bom comportamento do PIB e da arrecadação. A reforma impediu o colapso, mas, infelizmente, as contas ainda ficarão deficitárias neste mandato. A economista Margarida Gutierrez, da Coppead, diz que, se o Brasil quiser estabilizar a dívida pública, terá de fazer esforço fiscal de

R \$300 bilhões, algo impossível numa tacada só por impor corte de gastos excessivos e aumento de impostos. Ela ressalta que 60% do gasto obrigatório têm reajuste automático pelo salário mínimo ou pelo INPC (índice de inflação medido pelo IBGE). A indexação poderia ser atacada coma proposta de emenda constitucional (PEC) do pacto federativo (desvinculação do Orçamento). O governo prepara justamente a revisão do pacto federativo, uma das grandes bandeiras do ministro da Economia desde a campanha do presidente Jair Bolsonaro. Guedes quer descentralizar recursos para estados e municípios. Ele pretende fazer com que algumas despesas hoje de execução obrigatória percam a vinculação. O discurso é que é preciso dar mais poder à classe política, com parlamentares comandando o Orçamento. Para Rau IV el loso, especialista em contas públicas, atarefa, no entanto, nãoé fácil, principalmente quando se fala na desvinculação para o setor de saúde. Fabio Klein, da consultoria Tendências, identifica melhora do cenário após a aprovação da reforma da Previdência na Câmara, mas ressalta que o investimento público está no menor patamar histórico, e os gastos discricionários (que não são obrigatórios) estão no menor nível desde 2009. Ele ponde raque a inclusão de estados e municípios no Senado é passo crucial para equacionar as contas públicas.

Outro foco do conjunto de ações do governo abrange medidas para racionalizar o andamento da máquina pública, com impacto de âmbito microeconômico, de busca de maior eficiência na gestão de recursos. Na área de produtividade e competitividade, Guedes afirma ser preciso “tirar o Estado do cangote brasileiro”, com medidas de desburocratização. Nessa seara está incluída a abertura econômica, com ações como zerar impostos para importação de máquinas e equipamentos sem produção nacional. Só neste ano, o benefício foi concedido a 1.189 produtos. Para ampliaras possibilidades de importação, o governo quer critérios mais rígidos para classifica rumbem sem similar nacional. Outra área que será contempladaéa de governo digital. Guedes vai falar sobre medidas para melhorar o atendimento aos cidadãos, a partir da otimização e racionalização de serviços. Entre as ações está a unificação das unidades do INSS com as agências de atendimento ao trabalhador que antes estavam sob o guarda chuva do Ministério do Trabalho. A unificação não será total, mas vai abrangeram aior parte das agências. O objetivo é reduzir custos administrativos e facilitara vida de quem precisa dos dois serviços. Isso será possível porque o governo está digitalizando quase todo o atendimento e por causa da unificação das pastas no Ministério da Economia. Algumas ações já foram anunciadas, como a primeira parte do Pró-Infra, voltado para infraestrutura, a regulação do setor de gás natural, a liberação de recursos do FGTS e do PIS/Pasep e a medida provisória da Liberdade Econômica, que facilita a abertura de negócios, mas que requer aval do Congresso.

“Nos próximos anos, não vai dar para ter concurso público ou reajuste do funcionalismo, e temos de torcer para o bom comportamento do PIB e da arrecadação. A reforma impediu o colapso, mas, infelizmente, as contas públicas ainda ficarão deficitárias”

Zeina Latif, economista chefe da XP

Opinião do GLOBO

NÚMEROS À DISPOSIÇÃO DO SENADO

Previdência dos estados a caminho do colapso

A aprovação da 'PEC Paralela' é tão importante quanto foi a do projeto que tramitou na Câmara

A aprovação do projeto da reforma da Previdência por uma margem segura de apoio na Câmara dos Deputados — 379 votos no primeiro turno e 370 no segundo, bem acima do mínimo exigido de 308 deputados — garante, em tese, uma tramitação sem sustos no Senado. A conclusão tem lógica, porém na Casa a reforma enfrenta outro tipo de ameaça.

O apoio ao que foi sancionado na Câmara parece garantido. O grande desafio para o Senado é a viabilização de uma Proposta de Emenda

A CRISE NA FEDERAÇÃO

DÉFICITS EM ALTA

Estados/DF (R\$ BILHÕES)



União (R\$ BILHÕES)



Constitucional específica para entender a reforma a estados e município, batizada de “PEC paralela”.

A deterioração do quadro fiscal no resto da Federação é rápida e inexorável, pelo mesmos fatores que desequilibram as contas da União: entre outros, a bem-vinda ampliação da longevidade da população.

Estatísticas do economista Paulo Tafner, especializado em sistemas previdenciários, apontam para o caminho do precipício. O que o conjunto de estados e municípios promete pagar no futuro aos segurados, considerando as contribuições previstas, avança cada vez mais sobre a chamada “receita corrente líquida (RCL)”. Se na média dos estados a cifra já compromete 9,7 vezes as RCLs, existem situações mais graves: São Paulo, 12,9; Rio de Janeiro, 11,1 etc. Nas capitais, o cenário, por óbvio, é o mesmo. Sendo o de Porto Alegre o pior: 7,1 vezes, acima de São Paulo (3,4) e Rio, 1,64, este abaixo da média de 3,4. Mas nada que assegure tranquilidade, como demonstra a precarização dos serviços públicos.

Os senadores que deverão examinar a “PEC Paralela” e os deputados que a receberão depois, caso seja aprovada, devem constatar que o salto do déficit dos estados e do Distrito Federal, entre 2015 e 2019, foi maior que o dos servi-

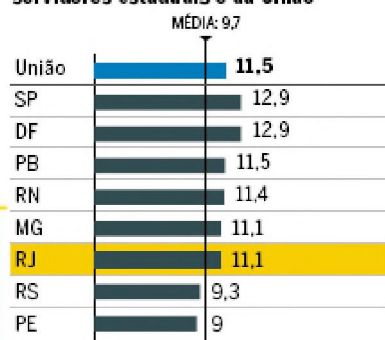
dores federais: de R\$ 60,9 bilhões para R\$ 144,6 bilhões, crescimento de 137%, enquanto no funcionalismo federal a elevação, R\$ 72,5 bilhões para R\$ 98,8 bilhões, chegou a 36%.

O peso sobre os contribuintes também é grande. Se em 2016 o caixa dos estados teve de transferir R\$ 43.523 por beneficiário, porque as contribuições estiveram longe de cobrir a despesa, no INSS (trabalhadores do setor privado), o repasse do Tesouro foi de apenas R\$ 4.678. Para confirmar o problema específico do funcionalismo federal, o Tesouro desembolsou, para cada aposentado, naquele ano, R\$ 63.268.

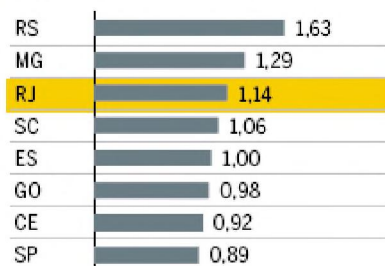
Um dos resultados de tantas distorções é o fato de que cada servidor ativo, principalmente em grandes

AVANÇO SOBRE A RENDA

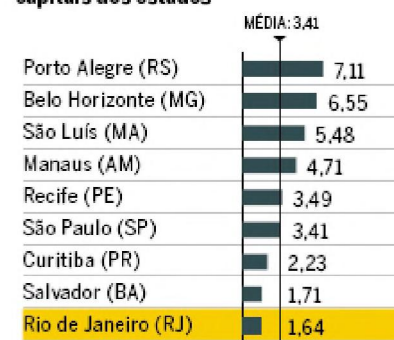
Quantas Receitas Correntes Líquidas (RCL) para cobrir o déficit atuarial* do sistema dos servidores estaduais e da União



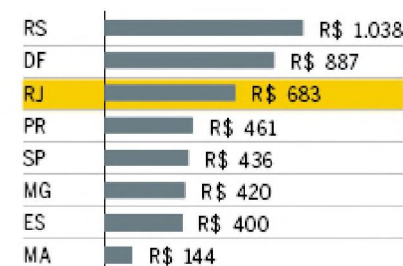
Número de aposentados e pensionistas para cada funcionário ativo



Quantas Receitas Correntes Líquidas (RCL) para cobrir o déficit atuarial* do sistema dos servidores das capitais dos estados



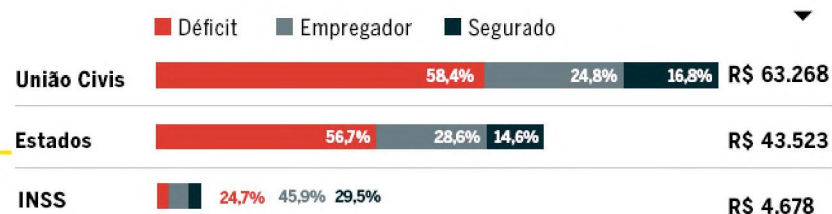
Custo do déficit por habitante



DESIGUALDADE E PRIVILÉGIOS

COMPOSIÇÃO DO FINANCIAMENTO DOS REGIMES PRÓPRIOS DA PREVIDÊNCIA FEDERAL, DOS ESTADOS E DO REGIME GERAL, EM 2016

QUANTO SE TRANSFERE POR BENEFICIÁRIO A CADA ANO



* Déficit atuarial: resultado negativo da simulação do confronto entre a despesa para pagar todos os benefícios previdenciários assegurados e a arrecadação prevista

Fonte: Paulo Tafner

estados, precisa sustentar mais ou menos um aposentado. Gaúchos, mineiros, fluminenses, catarinenses e capixabas são os mais penalizados. E a tendência demográfica de envelhecimento da população só faz agravar o problema. Por conse-

guinte, o déficit per capita é alto.

A tarefa dos senadores, portanto, de aprovar a “PEC Paralela” é tão crucial como o foi a dos deputados ao examinarem o projeto da reforma do INSS e do sistema do funcionalismo federal.

12/08/2019 - 05:00

Governo quer reduzir jornada e salário

Por **Ribamar Oliveira**

Envolvido diretamente nas discussões para definir novas regras fiscais para o Brasil, que estão ocorrendo na Câmara dos Deputados em torno da proposta de emenda constitucional 438/2018, de autoria do deputado Pedro Paulo (DEM-RJ), o governo vai defender que o texto final da PEC tenha um artigo que autorize a redução da jornada de trabalho dos servidores públicos, com a diminuição proporcional da remuneração, quando necessária para o ajuste das contas públicas, disse ao **Valor** uma fonte credenciada do Ministério da Economia.

A medida ajudará, principalmente, os governadores de Estados que, mesmo gastando com o pagamento de pessoal mais do que o limite legal permitido, não podem reduzir os salários dos servidores para ajustar as contas. Um artigo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) permite a redução da jornada e do salário, mas ele está sendo questionado no Supremo Tribunal Federal (STF) desde 2000. O Supremo não conclui o julgamento, mas a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, já deu parecer considerando o artigo inconstitucional.

A possibilidade de reduzir a jornada e o salário de servidor, por um tempo determinado, pode ajudar também o governo a cumprir o teto de gastos, raciocinam os técnicos oficiais ouvidos pelo **Valor**, pois a despesa com pessoal é a segunda maior do Orçamento da União. A primeira são os benefícios previdenciários. Com a reforma da Previdência, o ritmo de crescimento dos gastos previdenciários vai reduzir até que se estabilize em torno de 8,5% do Produto Interno Bruto (PIB) por volta de 2022, de acordo com cálculos do Ministério da Economia. Agora, o governo quer um controle mais efetivo sobre a segunda maior despesa.

A PEC apresentada pelo deputado Pedro Paulo já prevê redução da jornada e da remuneração, quando a chamada "regra de ouro" das finanças públicas não tiver sido cumprida no ano anterior. Esta regra constitucional determina que o governo só pode aumentar o seu endividamento para pagar despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortizações da dívida pública). A dívida não pode crescer para pagar despesas correntes. "A medida que produz maior impacto fiscal é esta que trata da despesa com pessoal", disse o deputado Pedro Paulo ao **Valor**.

O objetivo da PEC 438/2018 é harmonizar a "regra de ouro" com o teto de gastos e a meta de resultado primário. O relator da PEC, deputado Felipe Rigoni (PSB-ES), afirmou que hoje o governo vive uma grande dificuldade para ajustar suas contas, pois, embora exista o teto de gastos, as medidas de ajuste não podem ser acionadas - o ponto é que o governo não pode enviar ao Congresso uma proposta que descumpra o limite das despesas.

Para manter o Orçamento dentro do teto, o governo é obrigado a cortar cada vez mais as chamadas despesas discricionárias, o que ameaça paralisar a oferta e manutenção dos serviços públicos. "O gatilho não dispara", observou Rigoni. Ou seja, o governo não pode acionar as medidas previstas na emenda constitucional 95/2016, que criou o teto, como suspender reajustes salariais para os servidores, não dar aumento real para o salário mínimo e não criar despesa nova.

Pedro Paulo e Rigoni defendem a criação de "vários gatilhos" que possam ser acionados para o ajuste das contas, entre eles aquele que prevê a redução da jornada de trabalho do servidor e da remuneração. "Tudo vai depender do interesse do governo", disse Pedro Paulo. Autoridades graduadas do Ministério da Economia ouvidas pelo **Valor** apoiam a harmonização das regras fiscais e defendem mudanças na regra do teto de gasto para que os "gatilhos" da emenda 95 disparem. A expectativa da área econômica é que as mudanças nas regras fiscais sejam aprovadas ainda neste ano.

Rigoni e Pedro Paulo disseram que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), está pessoalmente empenhado para que a proposta de harmonização das regras fiscais tenha andamento. Segundo eles, a PEC 438/2018 será votada ainda neste mês na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a comissão especial que vai analisar a proposta deverá ser instalada em setembro.